

A Comunicação de Crise da Prefeitura de Maceió no Caso Braskem¹

Laura Nayara PIMENTA²

Pollyane de Souza MARTINIANO³

Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL

Resumo

Articula-se as noções de crise e comunicação pública para compreender como se deu a comunicação da Prefeitura de Maceió perante o colapso da mina 18 da Braskem na capital alagoana. Entende-se que as crises são coproduções que envolvem múltiplas agências e interpretações sociais, sendo fruto do capitalismo canibal. A comunicação pública deve incorporar mecanismos de escuta, participação e crítica social, mas, torna-se um campo de disputas simbólicas, no qual se definem culpados, se constroem heróis e se silenciam vítimas.

Palavras-chave

Comunicação pública; crise; desastre; Braskem; Maceió.

Introdução

A crise socioambiental vivenciada no Brasil insere-se em um quadro mais amplo de colapso da ordem social, marcado pela articulação entre degradação ambiental, desigualdades sociais e falhas de governança, expressão do “capitalismo canibal” descrito por Fraser (2024). Sob a lógica neoliberal do progresso e do sacrifício (Rodrigues, 2025), tal modelo produz benefícios seletivos e danos generalizados, como demonstram os desastres ambientais recorrentes no país. Em Maceió, essa racionalidade materializou-se na exploração de sal-gema, implantada sob o mito do progresso desenvolvimentista (Dupas, 2006), cujo resultado foi um desastre socioambiental que atingiu mais de 60 mil pessoas.

Desde 2018, com os primeiros tremores e o afundamento do solo em bairros centrais da capital alagoana, a crise associada à atuação da Braskem passou a interromper trajetórias de vida e a reconfigurar o espaço urbano. Em novembro de

¹ Exemplo: Trabalho apresentado ao GP7: Comunicação pública e política, atividade integrante do XX Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas.

² Professora Adjunta, Universidade Federal de Alagoas, e-mail: laura.pimenta@ichca.ufal.br

³ Mestranda, Universidade Federal de Pernambuco, e-mail: pollyanemartiniano@gmail.com

2023, a possibilidade de colapso da mina 18 intensificou o cenário de insegurança, levando a Prefeitura a decretar situação de emergência e a instalar um gabinete de crise, enquanto a empresa adotava um discurso asséptico.

O caso evidencia não apenas a dimensão do desastre, mas também a postura ambígua da Prefeitura, historicamente alinhada à Braskem e criticada pelo acordo de reparação firmado em 2023, considerado controverso por priorizar interesses financeiros do município e limitar a responsabilização da empresa frente às vítimas. Nesse contexto, o estudo analisa como se estruturou a comunicação da Prefeitura diante da crise, por meio da análise de conteúdo (Maia et al., 2022) das publicações no seu site oficial e no Instagram, além dos comentários nos principais *posts*, buscando identificar as principais temáticas e soluções propostas.

Sobre crises e comunicação

As crises, conforme Fassin e Honneth (2022), não constituem eventos objetivos e isolados, mas processos socialmente coproduzidos, atravessados por disputas semânticas, cognitivas, afetivas e temporais. Ancoradas no presente e marcadas por um forte senso de urgência, elas tendem a simplificar problemas estruturais complexos, favorecendo leituras emergenciais e o risco do presentismo. No entanto, as crises também mobilizam o passado, ao reativar memórias, revelar continuidades e expor injustiças históricas, e colocam o futuro em disputa, entre imaginários distópicos e horizontes normativos de transformação. Nesse panorama, a comunicação assume papel constitutivo, pois não apenas informa sobre a crise, mas participa ativamente da definição do problema, da visibilização ou silenciamento de dimensões e da atribuição de responsabilidades no espaço público.

Forni (2019) e Coombs (2019) destacam que a gestão de crises tende a organizar a comunicação segundo lógicas de controle de danos, mitigação de impactos negativos e proteção reputacional, priorizando respostas rápidas e centralizadas. Embora tais estratégias sejam relevantes em contextos organizacionais, sua aplicação automática à comunicação pública pode produzir distorções quando a racionalidade gerencial se sobrepõe às exigências democráticas da esfera pública. Em crises de grande impacto social, a comunicação pública configura-se como um campo de disputas simbólicas, políticas e institucionais, no qual se tensionam práticas

instrumentais e princípios republicanos de participação, escuta e *accountability*. Nessa perspectiva, uma comunicação pública orientada por valores democráticos, como a Comunicação Pública de Estado (Miola; Marques, 2024), pressupõe o reconhecimento dos sujeitos afetados como atores legítimos do processo comunicacional, integrando suas experiências e demandas à construção das respostas institucionais.

Comunicação da Prefeitura de Maceió na crise da mina 18

A Secretaria Municipal de Comunicação de Maceió (Secom) atua a partir de uma concepção predominantemente instrumental e transmissiva da comunicação pública, voltada à divulgação das ações governamentais, em contraste com o ideal normativo de diálogo e participação. Desde a gestão de João Henrique Caldas (JHC), essa comunicação tornou-se mais estetizada, personalista e fortemente aparelhada.

Diante do decreto de emergência relacionado ao iminente colapso da mina 18 da Braskem, em novembro de 2023, a Prefeitura intensificou sua comunicação institucional por meio do site e do Instagram. A análise de conteúdo de 82 notícias e 22 postagens revela uma estratégia centrada na tecnicidade, na institucionalidade e na autopromoção da gestão, com predomínio de notas oficiais, divulgação de ações e respostas operacionais à crise.

Nos dois canais, a Prefeitura se construiu como protagonista e principal fonte legítima de informação, priorizando a gestão das consequências, o controle técnico e a assistência emergencial. Temas como responsabilização da Braskem, conflito político, risco iminente e caracterização do crime aparecem de forma marginal, indicando o deslocamento do foco da denúncia e da disputa política para a performance administrativa e a narrativa de eficiência.

As recomendações de tratamento da crise reforçam essa postura: prevalecem ações emergenciais e monitoramento técnico, enquanto são pouco expressivas as menções à atuação jurídica, política ou à responsabilização da empresa. No Instagram, soma-se o esforço de combate às *fake news*, direcionando a participação pública ao consumo de informações oficiais.

Reações dos públicos

A análise dos comentários no Instagram da Prefeitura de Maceió evidencia uma reação pública marcada por desconfiança, indignação e forte carga emocional diante da comunicação institucional sobre a referida crise.

Na postagem do decreto de emergência, predominam questionamentos e pedidos por transparência, especialmente sobre o raio de impacto, os critérios de evacuação e a efetividade das medidas adotadas. Os comentários revelam insegurança prolongada, cobrança por ações concretas contra a Braskem e dúvidas recorrentes sobre o destino dos recursos do acordo de reparação, refletindo uma profunda crise de confiança nas instituições públicas. A população demonstra perceber um descompasso entre a resposta emergencial comunicada e soluções estruturais de longo prazo, como reassentamento e políticas habitacionais.

Já na postagem sobre o colapso da mina, os comentários intensificam o tom de revolta e luto coletivo. Destacam-se três dimensões centrais: o sofrimento afetivo pela perda da cidade, a denúncia dos responsáveis, com a Braskem frequentemente caracterizada como criminosa, e a percepção de injustiça socioambiental, marcada pela assimetria de poder entre a empresa e as comunidades atingidas. A associação com outros desastres ambientais brasileiros reforça a leitura de impunidade sistêmica.

Além disso, emergem manifestações de espiritualidade e religiosidade como formas de enfrentamento simbólico da dor e da impotência, funcionando também como crítica moral à ganância corporativa. Em conjunto, os comentários revelam que, longe de produzir segurança e confiança, a comunicação da Prefeitura foi recebida por públicos que se sentem desinformados, desprotegidos e excluídos do processo decisório, tensionando os limites de uma comunicação pública centrada na gestão técnica da crise e pouco aberta ao diálogo social.

Algumas considerações

Crises socioambientais como a provocada pela Braskem em Maceió não constituem acidentes isolados, mas resultam de um modelo de desenvolvimento estruturalmente predatório, legitimado pelo mito do progresso. A promessa de crescimento econômico sustentou, por décadas, a externalização de riscos e a subordinação das comunidades locais, até que o desastre revelou a face canibal desse desenvolvimento, convertendo o avanço prometido em destruição social e ambiental.

No colapso da mina 18, a comunicação da Prefeitura de Maceió adotou uma lógica presentista e operacional, centrada na urgência, na resposta técnica e na gestão imediata das consequências. Essa postura reduziu um problema estrutural a uma questão administrativa, apagando suas raízes históricas, disputas políticas e implicações futuras. Alinhada a modelos gerenciais de gestão de crises, a comunicação priorizou o controle informacional, a proteção reputacional e a afirmação da eficiência institucional, em detrimento dos princípios democráticos da comunicação pública. A participação social foi limitada ao consumo de informações oficiais e ao cumprimento de orientações, afastando-se do ideal de Comunicação Pública de Estado, que pressupõe escuta, *accountability* e incorporação das vozes dos afetados.

Ao minimizar essas vozes, a Prefeitura reduziu a complexidade do desastre e reforçou a comunicação como instrumento de governabilidade e blindagem política, e não como espaço de diálogo social, evidenciando os limites de uma abordagem tecnicista em contextos de crise socioambiental.

Referências

COOMBS, W. Timothy. Ongoing crisis communication: planning, managing, and responding. Texas: Texas A&M University, 2019

DUPAS, Gilberto. O mito do progresso; ou progresso como ideologia. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

FASSIN, Didier; HONNETH, Axel. Introduction - The Heuristic of Crises: Reclaiming Critical Voices. In: FASSIN, D.; HONNETH, A. (Eds.) Crisis under critique. New York: Columbia University Press, 2022, p. 1-10

FORNI, João José. Gestão de crises e comunicação. São Paulo: Atlas, 2022.

FRASER, Nancy. Capitalismo canibal: Como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

MAIA, Rousiley; HAUBER, Gabriela; PAULA, Janine. Análise de conteúdo. In: MAIA, R. (Org.). Métodos de pesquisa em comunicação política. Salvador: Edufba, 2022. p. 81-108.

MIOLA, Edna; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. Abordagens teóricas e definições mínimas na pesquisa em Comunicação Pública: construindo o conceito de Comunicação Pública de Estado. ORGANICOM, Ano 21, n. 45, maio/agosto 2024.

RODRIGUES, Emanuelle Gonçalves Brandão. Sobre progresso e sacrifício: narrativas cristãs na construção do neoliberalismo à brasileira. Maceió: Edufal, 2025.